

«O Jornal» revela

O que a Renamo exige nas negociações de Roma

01. 2/3/91
p. 25

«O Jornal» revela documento de Afonso Dhlakama: objectivos da Renamo nas negociações com a Frelimo

Frank Lindley
Washington

O MOVIMENTO rebelde moçambicano pretende que durante a transição do seu país para a democracia o Governo seja controlado pelas Nações Unidas e 17 artigos da actual Constituição sejam suspensos — nos termos de um documento negocial elaborado pelo presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, a que «O Jornal» teve acesso.

O documento foi redigido no quartel geral da Renamo, na Gorongosa, em Julho passado e intitula-se «Negociar a Transição Pacífica para uma República Constitucional em Moçambique: Elaboração de uma Posição Diplomática para a Renamo, com Base em Antecedentes Honrosos das Nações Unidas».

Nele, ao traçar os objectivos da Renamo para as conversações de paz com o governo de Maputo,

Afonso Dhlakama preconiza o envio imediato de uma delegação da ONU para o seu país, para garantir o respeito pelos direitos humanos; a retirada imediata de todas as tropas estrangeiras; a delegação de poderes provisórios de governo numa equipa da ONU; a suspensão de provisões constitucionais politicamente delicadas; a elaboração de uma lei eleitoral que faça depender o processo de uma equipa das Nações Unidas (UNTAM — United Nations Transitional Authority in Mozambique); um cessar-fogo verificado pela ONU; regresso dos refugiados; e libertação dos prisioneiros políticos.

A parte certamente mais controversa deste documento é o seu Capítulo III, em que se advoga, à luz de um plano semelhante elaborado pelas Nações Unidas para o Camboja, que a ONU assuma o controlo de cinco ministérios: Negócios Estrangeiros, Defesa, Finanças, Segurança e Informação.

Segundo Dhlakama estes ministérios são a chave dos principais meios de intimidação, nomeadamente através da canalização sectorial de fundos para certos partidos, da utilização das Forças Armadas para intimidar os eleitores, da atribuição de «benesses» aos militantes do partido no poder, e do controlo e manipulação dos meios de

Comunicação Social.

O presidente da Renamo recorda, no seu documento, que o plano para o Camboja permite ao representante especial do secretário-geral das Nações Unidas controlar os cinco ministérios e «contratar, despedir e transferir funcionários do governo; supervisionar a aplicação da lei e a manutenção da ordem com eficácia e imparcialidade; e assegurar a protecção dos direitos humanos fundamentais».

«A Renamo», prossegue Dhlakama, «propõe que a componente administrativa do plano da ONU para o Camboja, seja aceite em Moçambique (...). A Frelimo pode delegar, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, poder provisório sobre as instituições que podem afectar os resultados eleitorais».

Não menos controversa é a proposta do presidente da Renamo para a suspensão de 17 artigos da Constituição que considera «politicamente delicados»:

— os artigos 13.º e 14.º «porque garantem cidadania e direito de voto, com base na participação na luta pela libertação»;

— o artigo 32.º «porque proíbe os partidos se eles forem regionais, ou não defenderem o conceito de interesse nacional preconizado pela Frelimo, (...) ou não contribuírem

para o reforço do patriotismo»;

— o artigo 46.º «porque proíbe a propriedade privada da terra; (...) Como, pode a Renamo ou outro partido funcionar, se a Frelimo é o senhorio dos terrenos necessários para a instalação de prédios do partido?»

— o artigo 69.º «porque proíbe discursos e manifestações destinadas a promover oposição contra a Frelimo, porque eles podem minar a segurança nacional, ou perturbar a harmonia social»;

— o artigo 74.º «porque proíbe a cobertura noticiosa de opiniões contrárias à política externa, à política de defesa, ou sejam críticas à Constituição»;

— o artigo 86.º «porque autoriza a expropriação de propriedades em quaisquer termos impostos pelo governo»;

— o artigo 96.º «porque proíbe o exercício de liberdades individuais se esse exercício irritar ou trem e, em face disso, ameaçar a ordem pública; se apoiantes da Frelimo ameaçarem uma manifestação da Renamo, a manifestação poderia ser proibida»;

— o artigo 105.º «porque estabelece um Conselho Superior da Comunicação Social para administrar os direitos e as restrições dadas ou impostas aos meios de Informação; isto não passa de

um conselho de censura»;

— o artigo 106.º «porque pode prejudicar uma campanha, debate ou esforços justos para a realização de eleições»;

— o artigo 118.º «porque requer a um candidato presidencial cinco mil assinaturas de proponentes, com pelo menos 200 em cada uma das províncias do país»;

— o artigo 120.º «porque autoriza o presidente a aliciar apoiantes para a Frelimo, através da oferta de títulos, recompensas em dinheiro e distinções oficiais»;

— o artigo 132.º «porque coloca o presidente acima da lei por qualquer ultraje cometido no exercício dos seus poderes oficiais, ainda que seja a tortura de adversários políticos, a detenção de jornalistas, ou fraude eleitoral»;

— o artigo 146.º «porque permite à Assembleia da República desqualificar qualquer deputado por qualquer razão prevista na lei»;

— o artigo 165.º «porque autoriza a punição ou demissão de juizes cujas decisões não agradam ao Governo»;

— o artigo 175.º «porque permite o julgamento de civis em tribunais militares»;

— e o artigo 181.º «porque cria um Conselho Constitucional, cuja composição é determinada pela Frelimo, para se pronunciar sobre a constitucionalidade ou legalidade dos actos do Governo».

O plano de objectivos para as negociações inclui, ainda, outras propostas menos controversas.

Dhlakama afirma pensar que os «monitores» de Direitos Humanos são essenciais, não só por beneficiarem directamente os moçambicanos, como porque «reduziriam a desconfiança entre a Renamo e a Frelimo».

Quando advoga a retirada de todas as forças militares estrangeiras do país, imediatamente após a conclusão de um acordo de cessar fogo, o líder rebelde moçambicano modera a exigência anterior — de que a retirada devia anteceder as negociações — e recorre aos paralelos da Namíbia e de Angola.

A lei eleitoral, continua Afonso Dhlakama, deveria colocar a organização, condução e supervisão das eleições na dependência das Nações Unidas. «A UNTAM devia promover programas de educação eleitoral, recenseamento, sistema de inscrição dos partidos políticos, métodos de listagem dos partidos nos boletins de voto, garantir o respeito pela liberdade de expressão, reunião e movimento, garantir acesso justo aos meios de informação, criar métodos de contagem de votos, e investigar irregularidades», escreve-se no documento.

Da mesma forma se reserva à ONU a verificação e controlo de todos os passos de um acordo de cessar-fogo.